



DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE

DR. AUSTELINO CORREIA

NA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 13 DE JANEIRO

Praia, 13 de janeiro de 2024

Ao fazer uso da palavra nesta sessão solene comemorativa do **13 de Janeiro**, o “Dia da Liberdade e da Democracia”, as minhas primeiras saudações vão para todos os cabo-verdianos e as cabo-verdianas residentes nas ilhas ou espalhados pelos sete cantos do mundo.

A sessão solene que, hoje e aqui, se realiza, congrega mais uma vez, para connosco jubilar e refletir o percurso de 33 anos do Cabo Verde livre e democrático e as inerentes vicissitudes, tão distintas personalidades, todas, creio, comprometidas com a relevante missão de preservar a liberdade e a democracia e garantir o funcionamento do Estado de Direito Democrático, nas suas múltiplas e distintas facetas e proposições.

Trata-se de um ato simbólico, mas de elevado significado! E representa um privilégio e uma honra recair sobre esta Casa da Democracia o encargo de promover e acolher a sua realização. Assim, com um misto de entusiasmo e responsabilidade dirijo a todos vós, que se dignaram associar a esta sessão solene, as mais cordiais saudações e votos de boas-vindas da Assembleia Nacional de Cabo Verde, na plenitude da sua pluralidade.

Destaco a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, que não só confere particular solenidade ao ato, como também timbra a cimeira relevância do **13 de Janeiro** e dos valores que ele comporta. Os meus sinceros agradecimentos e reiterada expressão de respeitosos cumprimentos.



Também destaco a especial presença de Vossas Excelências o Senhor Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. A vossa presença é prova de diferencia à Assembleia Nacional e da importância do acontecimento que ora nos reúne aqui.

Saudações especiais ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da OMS e agradecimentos por ter visitado o nosso país, por toda a cooperação entre a instituição que dirige e Cabo Verde e por estar aqui a vibrar connosco os valores da Liberdade e da Democracia.

Saúdo ainda os membros do governo aqui presentes, Sua Eminência Cardeal Dom Arlindo Furtado, o Senhor Superintendente Distrital-Sul da Igreja do Nazareno, os Presidentes dos Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e do Ministério Público e demais altos representantes de Tribunais, os antigos Presidentes da Assembleia Nacional, os Senhores Embaixadores e demais Representantes da Comunidade Internacional, todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas e os distintos convidados. A todos sem exceção.

**Senhor Presidente da República, Senhor
Primeiro-Ministro, Senhoras e Senhores
Deputados, Minhas Senhoras e meus
Senhores**

Aliada à Independência Nacional, a implementação da Democracia e do Estado de Direito Democrático em Cabo Verde é a maior conquista dos cabo-verdianos desde a descoberta deste nosso Cabo Verde.

Muitos de nós aqui presente lembramo-nos, ainda como se fosse hoje, da jornada iniciada a 13 de janeiro de 1991, quando, pela primeira vez na história do nosso país, tivemos a oportunidade de exercer o direito de voto em contexto de eleições pluripartidárias, livres,



diretas, secretas e transparentes, para a escolha dos nossos representantes na Assembleia Nacional, para pouco tempo depois repetirmos o mesmo exercício, para a escolha do primeiro Presidente da República de Cabo Verde Democrático e dos titulares dos órgãos autárquicos.

O momento foi importante e marcou uma etapa fundamental no percurso do nosso país e na construção da nossa história. Foram passos decisivos para que Cabo Verde tornasse, de facto, “uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e a inalienabilidade dos Direitos Humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça”, conforme viria estipular a Constituição de 1992, no seu artigo 1º, nº 1.

Efetivamente, a correlação entre a Dignidade da Pessoa Humana e a Democracia caracterizam toda uma movimentação ‘a montante’, que viria desembocar numa convocatória global à Nação cabo-verdiana para participar na importante marcha em prol da democracia e da liberdade, que teve lugar a 13 de janeiro de 1991.

É necessário olharmos o que aconteceu em Cabo Verde numa perspetiva endógena, ler os factos e as tendências ‘a montante’ e ‘a jusante’ ao 13 de janeiro de 1991, mas também, é preciso olharmos para o ambiente externo para percebermos que o 13 de janeiro contribuiu para a inclusão do nosso país num movimento internacional de universalização e consagração dos Direitos Humanos e da Dignidade da Pessoa Humana. Premissas que, de resto, encontram respaldo em Immanuel Kant, na sua teoria o **“Reino dos Fins”**.

Quando o legislador constitucional cabo-verdiano coloca a Dignidade da Pessoa Humana no epicentro da ossatura constitucional, ele convoca-nos, a todos, sem opção de escolha, a respeitar as Pessoas enquanto Seres Humanos, portadores de direitos, de faculdades e de liberdade.

É integrada nessa compreensão universal dos valores humanistas que devemos encarar o



13 de Janeiro, considerando que as premissas que estão na base desta celebração não podem ignorar a ‘marca de água’ da fundação da base social e política em que vivemos. Valores que devem acompanhar- nos sempre enquanto pessoas, enquanto políticos, enquanto decisores públicos, mas, também, enquanto líderes africanos, onde muitas vezes é necessário a convocação de tais valores para os ajustes e os equilíbrios que se impõem em prol do bem comum.

Excelências

O Povo cabo-verdiano reafirmou no dia 13 de janeiro de 1991, a vontade de mudança de rumo. E mais de três décadas passadas, fica claro que a decisão tomada era aquela que conduziria o país ao progresso. Soubemos muito bem interpretar o significado da data! Não como um regalo obtido num ato de triunfo, mas, antes, como ponto de partida para arregaçarmos as mangas e ensaiarmos outros caminhos de construção do país, acelerando os passos, abrindo a sociedade e a economia, intensificando os diálogos com a nossa diáspora e o espaço internacional.

Reforçamos os instrumentos da cooperação internacional; abrimos a economia ao investimento direto estrangeiro; captamos novos parceiros de desenvolvimento; preservamos as relações históricas; valorizámos a nossa posição nas relações externas, segundo a premissa de um diálogo multilateral.

Enfim, elevamos os patamares de desenvolvimento e bem-estar dos cabo-verdianos.

São conquistas e ganhos de todos os cabo-verdianos, graças à sapiência e valentia dos homens e mulheres das ilhas!

Sapiência e valentia, em grande medida, frutos da aposta que o país sempre fez na educação desde a Independência Nacional e que veio a ser altamente incrementada nos anos 90 com a democratização e universalização do ensino secundário no país e a abertura do corredor internacional de formação universitária de quadros, permitindo que cabo-verdianos, com



ou sem bolsas de estudos, pudessem adquirir as suas formações superiores em vários países e continentes.

De salientar, também, a chegada do ensino superior transdisciplinar a Cabo Verde, no início da década de 2000, com a instalação de instituições desse nível ensino. Hoje, conseguimos formar, em algumas áreas, do pré-escolar ao doutoramento em Cabo Verde. Tudo graças a decisões políticas corajosas dos dirigentes, mas sem cujo espírito de entrega dos professores à causa, não seria possível.

Seja-me permitido, por isso, aproveitar o ensejo para encorajar o governo e os sindicatos representativos da classe docente a continuarem as negociações para uma solução justa e racional e no mais curto espaço de tempo possível, para a resolução dos problemas que a classe vem enfrentando, muitos deles há décadas. Acredito no bom senso e na responsabilidade e no sentido de estado das partes.

Afinal, celebrar o **13 de Janeiro** é, também, continuar as reformas no setor da educação, visando melhorar as condições do exercício da docência, como de resto foi feito nos primeiros anos subsequentes à efeméride, com destaque para a elaboração, aprovação e implementação do **1º Estatuto do Pessoal Docente**, no nosso país.

O percurso democrático de Cabo Verde tem sido, sistematicamente, bem avaliado por organismos internacionais cuja reputação é merecedora de confiança de entidades e países de solidez institucional inquestionável.

Apesar disso, não podemos ignorar que a resistência dos sistemas democráticos depende da nossa capacidade de combater muitos fatores que concorrem para a sua erosão. Na teia das relações internacionais, temos assistido a episódios que contrariam, de forma flagrante, o espírito que o **13 de Janeiro** ganha na nossa República. As guerras na Ucrânia e no Médio Oriente; os golpes de estado cíclicos e os conflitos armados que têm acontecido em vários pontos do continente africano; as instabilidades políticas que se tem registado ali e acolá na América Latina; o populismo exacerbado que tem conquistado adeptos em várias partes



do mundo; a corrupção; os ataques terroristas. Tudo isso contribui para a degradação do Estado de Direito Democrático, pondo em risco tudo aquilo que são os seus fundamentos. Não podemos, por isso, levantar com orgulho a bandeira da democracia se não levantarmos de cima do seu rosto o véu dessas ameaças.

A proteção e consolidação da Democracia é responsabilidade de todos que nela acreditam. E tem como esteio, antes de tudo, a estabilidade política interna.

A estabilidade política é um ativo essencial e tem sido marca de Cabo Verde e fator crítico de desenvolvimento do país.

O respeito entre os órgãos de soberania, mas também o respeito ao povo cabo-verdiano e às instâncias que operam no tecido da sociedade civil são fundamentais para reforçar a perenidade dessa estabilidade.

Por isso, cada vez mais, é necessário que a relação inter-órgão se faça de equilíbrios e de respeito mútuo. O **13 de Janeiro** clama pelo estabelecimento de relações interinstitucionais sólidas, equilibradas e baseadas no respeito recíproco. Relações de resto previstas pelo legislador constitucional, como bem ilustra o texto da Constituição da República de Cabo Verde, particularmente no nº 2 do seu Artigo 2º, estipulando expressamente que “a República de Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana de governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, ...”.

O legislador poderia fazer menção apenas à **separação de poderes**, para mostrar que cada órgão de soberania tem uma esfera de competências próprias, que a exerce com autonomia. Porém, introduziu o elemento **interdependência**, para nos avisar que os poderes são **separados, mas interdependentes**.

Os órgãos de soberania não são uma espécie de ilhas fechadas. Cada órgão não é uma ilha que faz o que bem entender!

O objetivo é permitir que no exercício do poder político e na relação entre os órgãos tutelares desse poder seja assegurado ‘check and balance’. O respeito mútuo entre os órgãos de



soberania, pelo menos não mais do que nos impõe a Constituição da República, é uma obrigação de todos os representantes desses órgãos e só engrandece e fortalece as instituições democráticas. Assim, o ato de reconhecer o papel, a importância, o lugar, as atribuições e as competências de outros órgãos e promover a cooperação institucional não se trata de operações de divisão e de subtração.

Antes pelo contrário, consubstancia-se em operações de soma e de multiplicação, que só nos acrescentam valor, nos engrandecem como país, nos reforçam como Nação e nos robustece como Estado.

Afinal somos um pequeno Estado insular em desenvolvimento, desprovidos de matéria-prima de alto valor económico e industrial, fustigados por secas cíclicas severas, muito dependentes da cooperação internacional. Felizmente elegemos a Democracia, o Estado de Direito Democrático e a Estabilidade Política o nosso *Diamante da Nação*. E temos o dever de os preservar, sob pena de criarmos sérios problemas ao país e, particularmente à geração vindoura.

Preservar esses valores é para nós garantia do desenvolvimento sustentável, pois, elemento de ponderação máxima da quase totalidade dos apoios que recebemos dos nossos parceiros de desenvolvimento.

O que concorre para a eleição do nosso país às ajudas orçamentais, aos apoios e financiamentos para o investimento, às parcerias nos mais diversos setores, são o alinhamento, a convergência normativa e política com os nossos parceiros, o respeito que granjeamos e a nossa capacidade de concertação na arena internacional, bem como a partilha com os nossos parceiros, dos mesmos valores e princípios democráticos.

A título de exemplo, a seleção de Cabo Verde para o *3º compacto do Millennium Challenge Corporation* deve-se, como é óbvio, ao indispensável papel do Governo na organização do dossier de candidatura e de toda a diplomacia inerente, mérito que deve ser reconhecido sem reservas, mas deve-se, também, e em grande medida aos requisitos que antes referi.



Por isso, Cabo Verde deve continuar a apostar numa Democracia de forte relação e de cooperação interinstitucional enquanto pedra angular para a estabilidade política. Devemos todos trabalhar para que cada instituição do Estado seja forte e eficaz. Isso cria confiança nos cidadãos, nas empresas, nos parceiros internacionais, nos turistas que nos visitam e nos potenciais investidores que procuram plataformas económicas politicamente sólidas para alocarem os seus investimentos.

O Parlamento cabo-verdiano, enquanto segundo órgão de soberania, tem tido excelentes relações institucionais com todos os demais órgãos de soberania: com o Presidente da República, com o Governo e com o Poder Judicial. E vamos tudo fazer para que assim continuemos, a bem de Cabo Verde.

Para terminar, queria agradecer, vivamente, a todos pela atenção dispensada. Espero que o espírito do **13 de Janeiro** permaneça vivo em nós; que seja sempre um espírito de Liberdade, de Democracia e de Respeito pela Dignidade da Pessoa Humana.

Que cultivemos a Democracia, a Liberdade e o Desenvolvimento na Cooperação Séria entre os Órgãos do Estado e na Parceria Sólida com o Povo, as Famílias, a Sociedade Civil, as Empresas, as Confissões Religiosas, os Parceiros de Desenvolvimento, os nossos Interlocutores nas Instâncias Internacionais.

Que o **13 de Janeiro** continue, em 2024, tão radiante como em 1991. Que seja sempre o farol para os projetos de transformação de Cabo Verde.

Viva o **13 de Janeiro**! Viva a

Liberdade!

Viva a **Democracia**! Viva

Cabo Verde!

Muito obrigado.